

**VIOLÊNCIA E A PRÁXIS DA PSICOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DE IGNÁCIO
MARTÍN-BARÓ**

**VIOLENCIA Y PRAXIS DE LA PSICOLOGÍA: CONTRIBUCIONES DE IGNÁCIO
MARTÍN-BARÓ**

**VIOLENCE AND THE PRAXIS OF PSYCHOLOGY: CONTRIBUTIONS BY
IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.47181>

Mariana Lins e Silva e Costa¹

Sonia Mari Shima Barroco²

Resumo: A violência é um dos grandes problemas brasileiros e uma importante questão para a Psicologia como ciência e profissão. Diante disso, o presente texto, tem como objetivo expor, do ponto de vista psicológico, a explicação psicossocial de Martín-Baró para a violência, e, refletir criticamente sobre o papel da Psicologia em relação ao enfrentamento às condições que promovem violência social. A violência precisa ser compreendida como um fenômeno psicossocial, quando assumimos os pressupostos da constituição social do psiquismo e da unidade dialética sujeito-sociedade com propósito de superar as dicotomias comumente atribuídas a essa relação. Conclui-se que a obra de Martín-Baró sobre violência contém explicações importantes que precisam ser apropriadas pela Psicologia, e que sob a perspectiva histórico-dialética, presente na delimitação do seu objeto e da sua metodologia, assume caráter ético e político.

Palavras-chave: Violência. Ignacio Martín-Baró. Psicologia política. Práxis. Psicologia da Libertação.

Resumen: La violencia es uno de los grandes problemas brasileños y un tema importante para la Psicología como ciencia y profesión. Ante esto, este texto pretende exponer, desde un punto de vista psicológico, la explicación psicossocial de Ignacio Martín-Baró acerca de la violencia y reflexionar críticamente sobre el papel de la Psicología en relación con el afrontamiento de las condiciones que promueven la violencia social. La violencia debe entenderse como un fenómeno psicossocial, cuando asumimos los presupuestos de la constitución social de la psique y de la unidad dialéctica sujeto-sociedad para superar las dicotomías comúnmente atribuidas a esta relación. Se concluye que el trabajo de Martín-Baró sobre la violencia contiene importantes explicaciones de las que la Psicología debe apropiarse, y que bajo la perspectiva histórico-dialéctica, presente en la delimitación de su objeto y metodología, asume un carácter ético y político

Palabras clave: Violencia. Ignacio Martín-Baró. Psicología política. Práxis. Psicología de la Liberación.

Abstract: Violence is one of the major Brazilian problems and an important issue for Psychology as a science and profession. In light of this, the present work aims to expose, from a psychological point of view, Martín-Baró's psychosocial explanation for violence, and to critically reflect on the role of Psychology regarding the confrontation of the conditions that promote social violence. Violence needs to be understood as a psychosocial phenomenon, as we assume the presuppositions of the social constitution of the psyche and the subject-society dialectical unity with the purpose of overcoming the dichotomies commonly attributed to this relationship. It is concluded that Martín-Baró's work on violence contains important explanations that need to be appropriated by Psychology and that, from a historical-dialectical perspective, present in the delimitation of its object and methodology, it assumes an ethical and political character.

Keywords: Violence. Ignacio Martín-Baró. Politic psychology. Práxis. Liberation psychology.

Introdução

[...] la verdad de los pueblos latinoamericanos no está en su presente de opresión, sino en su mañana de libertad [...] (Martín-Baró, 1989 p. 297)

A violência brasileira ganha contornos cada vez mais bárbaros. Da violência que mata a população jovem negra da periferia como um genocídio (Atlas da violência, 2018, 2019, 2021; Anuário de Segurança pública, 2019; Waiselfisz, 2016) e mulheres de forma endêmica (OMS, 2020), à violação constante dos direitos humanos mais básicos como a alimentação e habitação, o Brasil é forjado na e pela violência secular de um país à periferia do capitalismo e profundamente desigual.

Os últimos anos acrescentam à esta soma a violência dos discursos de ódio direcionados às minorias políticas – ou maiorias populares, como nomeia Ignacio Martín-Baró (1942-1989) em sua obra – com a ascensão do governo Bolsonaro (2018-2022) e os efeitos políticos e econômicos da pandemia da COVID-19 que aprofundaram e explicitaram as desigualdades e a violência no país. Diante deste cenário de elevado índice de mortes devido à pandemia ou às políticas públicas para o seu enfrentamento, de adoecimento físico e mental que tem acometido milhões de brasileiros decorrentes direta ou indiretamente da situação pandêmica, de empobrecimento e de fome que passam a afetar parcelas cada vez maiores da população³, pode-se qualificá-lo como desumano. A Psicologia, como ciência e profissão, tem sido instigada a dar suas contribuições no enfrentamento à violência, visto que seu objeto de estudos e de atenção é justamente a constituição do que é propriamente humano nos sujeitos, ou dos impedimentos que se interpõem para esse alcance.

Assim, tendo em consideração tal cenário, se faz necessário tecer explicações que revelem a violência social como um fato concreto, como síntese de múltiplas determinações e que, por sua complexidade, demanda teorizações das mais diversas áreas científicas. Nesse sentido, é fundamental que a Psicologia se posicione de maneira a desvelar e a denunciar os efeitos da violência e da desigualdade estrutural na vida das pessoas, para a constituição de seus psiquismos, de suas personalidades, de suas consciências. A Psicologia já conta com um acervo teórico-metodológico que lhe permite contribuir, dentro do seu escopo, para a explicação da violência enquanto uma forma de relação que é de natureza histórica e social.

Como fenômeno próprio das relações humanas, a violência ocupou e ocupa lugar importante nas teorizações sobre o desenvolvimento humano e sua relação com a sociedade. Historicamente, a desigualdade social, a miséria e a discriminação de toda ordem, somadas à violência, foram alguns dos principais problemas que colocaram em evidência a insuficiência das Psicologias europeia e norte-americana frente aos problemas sociais que marcam a vida nos países mais pobres e nos ditos países em desenvolvimento⁴.

O período das décadas de 1970 e 1980 foi marcado pela inquietação na Psicologia Latino-americana a esse respeito. No Brasil, em meados da década de 1970, Sílvia Lane (1933-2006) fazia críticas à Psicologia Social que se tinha e denunciava os caminhos que levavam à uma produção teórica que contribuía para a legitimação da sociedade capitalista - no caso o adjetivo “social” era cerceado por limitações a serem explicitadas.

Nesse mesmo período, em El Salvador, Ignacio Martín-Baró (1942-1989) buscava construir uma Psicologia voltada às necessidades do povo salvadorenho e latino-americano, visto que se tratava de um país marcado por intensa violência social. Considerava ser necessário uma Psicologia *da América-Latina*, que pudesse dar conta dos problemas nela constituídos e, também, dos problemas postos à Psicologia Geral (DOBLES, 2011). Se aquela Psicologia Social produzida no hemisfério norte atentava-se antes para as relações humanas/interpessoais que para as lutas de classes, era preciso continuar na busca por elementos que ajudassem a explicar as condicionalidades implicadas para que os sujeitos assumam dadas características e não outras. Nessa direção, outros tantos autores latino-americanos foram importantes para a árdua tarefa de desenvolvimento da Psicologia Latino-Americana como, por exemplo, Maritza Montero (1939-atual) na Venezuela e Paulo Freire (1921-1997), que apesar de pedagogo influenciou profundamente a Psicologia dada a sua concepção de ser humano e sociedade.

Após várias décadas é possível constatar que a violência e a desigualdade devem continuar na mira de atenção de todas as pessoas, de todas as ciências, visto estar em questão a sobrevivência da própria humanidade. Em momentos tão contraditórios, como este em que nos encontramos, quando tudo se apresenta revestido do seu contrário, que se faz necessário chamar a teoria, ou o pensamento teórico em nosso socorro.

Para a discussão pretendida neste artigo, sobre o papel explicativo da Psicologia frente a violência, destacamos a produção teórica de Martín-Baró, elaborada em meio a questionamentos sobre o papel da Psicologia ante um contexto altamente violento, e justificamos o resgate das suas contribuições teóricas sobre a violência por algumas razões. Primeiro pela sua importância teórica-metodológica na construção de uma psicologia política na América Latina e, por esta razão, a atualidade do autor nas discussões dos problemas ainda vividos pelos latino-americanos. Junto disto, a consistente contribuição do autor sobre violência e, contraditoriamente, a falta de aprofundamento nos estudos e na divulgação de sua obra no Brasil, conforme exposto por Lacerda Jr. (2017) e Oropeza e Rosa (2021). Nesse sentido, elegemos como objetivo expor, do ponto de vista psicológico, a explicação psicossocial de Martín-Baró para a violência, e, refletir criticamente sobre o papel da Psicologia em relação ao enfrentamento às condições que promovem violência social.

Apresentação do autor e da teoria: expressões da realidade objetiva

Desde a perspectiva histórico-cultural não se toma a biografia de alguém à parte da constituição humano-genérica já conquistada. Antes, entende-se que o que os sujeitos singulares expressam em suas vidas só o podem fazê-lo numa relação dialética estabelecida com seus pares e com o mundo, partindo do seu equipamento biológico inicial rumo ao edifício cultural (VYGOTSKY; LURIA, 1996). Por esse entendimento, ao se recuperar um dado autor e sua obra, como é o caso, é preciso situá-lo em dados espaços temporais, geográficos, culturais, socioeconômicos, assume-se isso como estratégia metodológica ante a possibilidade de se conhecê-los melhor e de eles, por sua vez, permitirem que se tenha mais elementos para se desvelar a sociedade e os seres humanos que nela e por ela são formados. Esse processo de recuperação

de autor e obra é inspirador, posto que permite que se recupere as grandes questões que foram formuladas pela humanidade e/ou foram apresentadas por dados povos e traduzidas/expostas por dado pensador/autor. Permite que se identifique como essas questões foram compreendidas e os modos assumidos de se enfrentá-las.

Por essa direção, e diante do que se expôs sobre a violência e como ela provoca a Psicologia aos estudos e às proposições, considera-se essencial que se busque por suas “origens”; pelos modos como ela se apresenta; que se identifique quando e a quem se apresenta; e como se pode enfrentá-la ou, tomando-a como natural, perpetuá-la. Essa busca se apresenta como ponto de partida quando se pretende ascender da prática caótica e sincrética para a compreensão, que não se mostra à primeira vista. A compreensão da violência pela Psicologia só pode se dar pela mediação do pensamento teórico, categorial - o que demanda análises, sínteses e generalizações - de tal modo que sejam desveladas as múltiplas determinações que estão implicadas nesse fenômeno. Esse exercício metodológico de transpor o que se apresenta de modo imediato como problema, diz respeito ao próprio escopo da Psicologia como uma ciência. Segundo Rubinshtein (1961, p. 13, grifo no original), “*La psicología es la ciencia de los fenómenos psíquicos, o sea de las funciones cerebrales que reflejan la realidad objetiva*”. E esta não pode ser compreendida pela identificação e caracterização dos objetos e das coisas, mas pelas relações travadas pelos homens entre si e com/por eles (objetos, coisas). Salientamos que desvendar as funções psicológicas superiores - presentes somente nos seres humanos, posto que sujeitas à volição e à consciência -, como elas se constituem, se desenvolvem, as direções que assumem e os fatores que favorecem ou impedem sua constituição e seu desenvolvimento não se trata de tarefa simples, como apontam as obras de Vigotski e Luria (VYGOTSKI, 1996; 2000; VYGOTSKY; LURIA, 1996)

Com base nelas, pode-se assumir a premissa da formação social do psiquismo humanizado, a vida objetiva como promotora dessa formação - isto é, a realidade objetiva sendo nele refletida. “El mundo real reflejado por el cerebro humano en forma de fenómenos psíquicos constituye el *mundo subjetivo* del hombre, reflejo o imagen del *mundo objetivo*, existente fuera de nosotros e independiente de nuestra conciencia” (Rubinshtein, 1961, p. 17, grifo do autor).

Ainda segundo Rubinshtein (1961, p. 18, grifo do autor, tradução nossa),

O processo de reflexo da realidade objetiva se dá no curso da atividade prática humana. O homem reflete o mundo ao atuar sobre ele, ao realizar alguns atos ou a manejar as coisas. A atividade prática dos homens é a fonte do conhecimento dos objetos e fenômenos da realidade, assim como a atividade, assim como a atitude com ele. O homem não reflete passivamente a realidade, senão que é um elemento ativo transformador do mundo que o rodeia.

Ao se considerar esses elementos, tem-se que a violência em sua abrangência, sua recorrência e frequência, em seus direcionamentos e letalidades apontados, não emerge de cérebros ou de funções cerebrais que estão divorciados do real ou da prática social; muito pelo contrário, como também a vida e a obra de Martín-Baró permitem considerar.

Ignácio Martín-Baró (1942-1989) nasceu em Valladolid na Espanha e foi um padre jesuíta que, posteriormente, se formou em Filosofia (1963) na Colômbia, em Teologia (1970) na Bélgica, e em Psicologia (1975) concluída em El Salvador. Em seu trabalho como psicólogo, com heranças da Teologia da

Libertação⁵, constrói a Psicologia da Libertação que compõe um marco na construção da Psicologia Latino-americana.

Para compreender as contribuições do autor é fundamental o reconhecimento, ainda que breve, da história de El Salvador quando Martín-Baró desenvolve sua teoria. Segundo explicam Waênny e Macedo (2019) a história da América Central foi atravessada por disputas políticas, ditadura civil e militar, intervenção internacional e foi palco de sangrentas guerras civis por conta da relevância dessa região para a geopolítica mundial. Sua condição agroexportadora, as oligarquias dominantes, o Canal do Panamá - ligando os oceanos Pacífico e Atlântico, sua proximidade a Cuba explicam a razão da violência sofrida pela população. Durante doze anos (1980-1992) El Salvador viveu uma guerra civil que opunha uma ditadura de extrema direita financiada pelos EUA⁶ e a guerrilhas salvadorenhas reunidas sob a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) (LACERDA, JR. 2017; MATIJASCIC, 2014).

Os anos de guerra civil em El Salvador foram fundamentais para o desenvolvimento da obra do autor, principalmente pelo questionamento frequente em relação ao papel da Psicologia frente à violência e à precarização da vida no país. Segundo Lacerda Jr. (2017) a década de 1980 foi um período ainda mais violento na guerra civil, fato que levou Martín-Baró a se dedicar com mais afinco ao tema, fato coerente com o compromisso ético e político apregoado pela Psicologia da Libertação.

Seus estudos e pesquisas sobre as condições de vida do povo salvadorenho foram tão significativas para a Psicologia e como denúncia da barbárie vivida na América Central que, em 1989, Martín-Baró e mais seis pessoas foram brutalmente assassinados dentro da Universidade Centroamericana José Simeón Caña (UCA). O relatório da Comissão da Verdade para El Salvador, publicado em 1993, afirma que as mortes foram autorizadas pelo alto comando das forças armadas de El Salvador e executadas pelo exército com a ordem de matar os “intelectuais da guerrilha”⁷. Esse fato anuncia a importância científica e a relevância social de uma teoria orientada à justiça social e à libertação da exploração como princípio regente da explicação e da compreensão da realidade. Contudo, para além disso, denuncia as práticas de domínio e controle dos países imperialistas nos países periféricos e o impacto disto na vida da população. A biografia de Martín-Baró é indissociável da sua elaboração teórica e expressa, de maneira rigorosa, suas defesas e lutas.

Psicologia da Libertação

A produção teórica de Martín-Baró passou por transformações ao longo do tempo. Lacerda Jr. e Martins (2014) afirmam que o autor teve três momentos distintos em sua teorização sobre violência, tema que foi objeto de sua atenção já nos seus primeiros anos de produção intelectual na Colômbia. A primeira fase, no início da década de 1960, é de caráter exploratório, sem esboçar ainda uma concepção psicossocial. O próximo passo foi a construção de uma explicação a partir da Psicologia e traz uma defesa polêmica, como explicam os autores: a violência estatal poderia ter efeito benéfico à população se orientada pela ciência. Essa concepção é superada nos seus textos a partir da década de 1980, momento em que o autor elabora uma compreensão propriamente psicossocial da violência. Essa viragem da produção do autor está

vinculada ao recrudescimento da guerra civil (10/1979 a 01/1992), mas principalmente à apropriação marxista do autor em suas teorizações.

Há um compromisso por parte do autor, principalmente a partir da segunda metade de sua obra, conforme apresenta Lacerda Jr. (2017), de construir uma Psicologia que fosse capaz de contribuir de forma significativa para a superação das condições miseráveis da vida latino-americana. Segundo Martín-Baró (2011a, 2011b), para que essa tarefa fosse realizada a Psicologia precisaria rever toda sua bagagem teórica e prática e deslocar para a vida do povo a sua práxis. Como sintetiza Lacerda Jr. (2017), há pelo menos três preocupações fundamentais para a construção da Psicologia da Libertação (*Psicología de la Liberación*): “[...] não deixar a ciência psicológica alheia às lutas sociais; rejeitar e revisar os conceitos que são instrumentais para a reprodução do status quo; e construir uma nova psicologia, adequada à luta histórica pela edificação de um mundo novo” (p.15). A Psicologia da Libertação exige a tarefa de libertação da Psicologia da escravidão colonial e a luta pela libertação da exploração do povo latino-americano (Martín-Baró, 1989). Essencial que se destaque: não se trata de uma Psicologia construída para a América Latina, mas sim a partir da América Latina, das suas dificuldades e esperanças (MARTÍN-BARÓ, 2011a, 2011b; DOBLES, 2011).

No século XX muitos países da África, Ásia e da América Central e América do Sul lutaram pela independência da Inglaterra, França, Portugal etc., buscando a emancipação de situações de opressão e de domínio econômico, social, cultural, como preconizava a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais - Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960 (ONU, 1960). Certamente que o domínio sofrido se traduzia no campo das ideias - as ideias dominantes eram da classe ou do país dominante. Assim, fazer a trajetória inversa, de estranhamento e de contraposição a elas significava um longo caminho de descolonização. Certamente que toda a força da conquista se fazia presente para se manter o conquistado e contra qualquer insurgência - e é nesse contexto que o autor em tela e a sua obra foram se constituindo.

Pelo pensamento de Martín-Baró, descolonizar a Psicologia, ciência que explica a constituição dos sujeitos em sua humanidade, significa libertá-la da sua condição de mera reprodutora de teorias elaboradas desde a perspectiva das ideias dominantes/hegemônicas, externas e alheias aos países subjugados ou em vias de emancipação, e construí-la a partir do protagonismo popular. Da psicologia colonizada resultaria não uma ausência de contribuições para a América-Latina, mas contribuições que não encontraram o poder popular e suas demandas como princípio de atuação. Segundo Martín-Baró o que fazer (*quehacer*) da Psicologia latino-americana esteve à margem das necessidades e dos movimentos da população durante todo seu percurso científico, salvo raras exceções. Segundo o autor, a contribuição da Psicologia é tão precária que se sabe mais sobre o povo latino-americano por meio das novelas do colombiano Gabriel José García Márquez (1927-2014) e do peruano Jorge Mario Pedro Vargas Llosa (1936) do que nos trabalhos da Psicologia sobre personalidade ou caráter.

Essa afirmação do autor ilustra de maneira muito precisa o desfoque da Psicologia em sua práxis nos países latino-americanos. Os autores de novelas são capazes de retratar melhor o sujeito latino-americano porque se atentam à realidade objetiva, aos problemas e conflitos que estão postos no cotidiano,

como fato ou como possibilidade de vir a ser. É curioso (ou sintomático) que, justamente a ciência que se propõe à análise e à compreensão da subjetividade humana não tenha sido capaz de apreender os indivíduos concretamente. Na verdade, essa aparente incapacidade não se fundamenta em falta de instrumentalização científica necessária ao processo de politização da psicologia, mas sim ao longo processo de subordinação política e econômica que refletem na construção de ideias e concepções universalizantes sobre o desenvolvimento psíquico a partir das ideias dominantes e do poder imperialista.

Como enfrentamento à colonização na qual se encontrava a Psicologia na América Latina, Martín-Baró (2011a, 2011b) afirmou que a construção da Psicologia da Libertação dependia de três elementos essenciais a saber: um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis (MARTÍN-BARÓ, 2011a, p. 196). O autor inicia afirmando a libertação como um princípio universal, não como a libertação de uma pessoa no processo terapêutico, mas a libertação de um povo das condições de exploração que tornam a vida miserável, este deve ser o horizonte da Psicologia. Esse é o primeiro passo e se justifica pelo reconhecimento das condições sociais e históricas no sofrimento psíquico que, embora seja individual, não é alheio à história da sociedade. Em relação a epistemologia, o autor evidencia a necessidade da Psicologia se constituir junto, e não para as maiorias populares. Nesse sentido, temas caros à Psicologia devem ser revistos em sua condição abstrata, universalizante e postas em relação à vida dos homens e mulheres que estão desempregados, marginalizados e analfabetos. Por fim, uma nova práxis, como consequência dos elementos anteriores, caracteriza-se pelo compromisso ético-político com a maioria oprimida, pela politização da Psicologia.

Martín-Baró (2017, 2011, 1989) afirma que o movimento de construção da Psicologia da Libertação é uma tarefa prática, não de laboratórios ou em escritórios, mas de atuação junto às necessidades da população. Conforme expõe Dobles (2011, p.168) era preciso aproximar o que acontecia no “mundo dos psicólogos e psicólogas” com o que ocorria nos bairros, nos sindicatos, nas igrejas, etc. Em outras palavras, se a Psicologia versa sobre os indivíduos e sua formação psíquica e tem um compromisso ético com a libertação precisa estar onde o povo está. No entanto essa práxis não se trata de simples presença, mas de refundição da Psicologia a partir da construção popular.

Nesse sentido, para Martín-Baró (2011a, 2011b) as tarefas fundamentais ao desenvolvimento da Psicologia da Libertação são: a recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e a potencialização das virtudes populares. Estas tarefas, apesar de serem dirigidas à Psicologia Geral, repercutem na compreensão sobre violência de maneira fundamental, pois possibilitam um olhar crítico à já naturalizada violência que caracteriza a vida na América Latina. A recuperação da memória histórica é compreendida como a necessidade de recuperar tanto a identidade de um povo que foi explorado, como a potência para a sua libertação. O fatalismo em que se encontra o latino-americano, explica o autor, o atira em um presente que parece naturalizado e, por esta razão, só pode ser aceito. Recuperar a história do povo latino-americano é resgatar uma trajetória de violações, mas também de lutas que devem orientar o enfrentamento aos processos de desumanização capitalistas.

A tarefa de potencialização das virtudes populares, posta por Dobles (2011) como uma tarefa ainda pendente e das mais urgentes da atualidade, é estreitamente vinculada à Teologia da Libertação.

Solidariedade, capacidade de resistência e criatividade são algumas das virtudes apontadas por Martín-Baró (2011a) que fazem com que o povo latino-americano, mesmo em condição de miséria, acredite e lute por uma vida sem privações. Como exemplo, Dobles (2011) cita os avanços da população mais empobrecida no México e na Bolívia na luta pelos seus direitos, enquanto outros setores em melhores condições não o fizeram. Essa tarefa postulada pelo autor encerra por desconstruir a ideia de natureza humana, de uma suposta essência individualista e egoísta que carrega consigo todos os traços que são caros e essenciais à reprodução capitalista a nível ideológico.

Quanto a desideologização do senso comum, Martín-Baró (2017) afirma ser esta uma tarefa de grande relevância para a Psicologia pois é no senso comum que a ideologia dominante avança a passos largos. Esse universo simbólico criado a partir das condições sociais concretas subsidiam a formação humana e a relação entre as pessoas no cotidiano. Martins e Lacerda Jr. (2018) apontam essa prática como essencial à práxis do (a) psicólogo (a) que tem diante de si o compromisso com o enfrentamento à violência social - que se reflete na constituição dos sujeitos. Os autores afirmam que a relação entre ideologia e violência é uma das maiores contribuições de Martín-Baró para a elucidação do tema e, por esta razão, trataremos melhor desta temática no próximo tópico.

Recuperar alguns dos pressupostos da Psicologia da Libertação é importante ao nosso objeto porque reconduz o papel da Psicologia e da (o) psicóloga (o) frente à violência. Historicamente, afirma o autor, a Psicologia se preocupou com a violência enquanto uma forma de comportamento que perturbava a ordem posta, como algo a ser corrigido e isto ocorria pela orientação epistemológica e consequente compromisso ideológico da Psicologia como ciência e profissão.

Uma sociologia do conhecimento psicológico sobre violência e agressão mostra que, com honrosas exceções, geralmente a “matéria violenta” que é tomada como objeto de análise é o ato contrário o prejudicial ao regime estabelecido, a agressão física individual, a violência delinquencial ou a violência das massas, assumindo em todos esses casos que seu caráter negativo deriva do dano causado à convivência sob a ordem social imperante. (MARTÍN-BARÓ, 1985, p.368, tradução nossa)

O excerto acima ilustra que a falta de uma definição sobre violência e agressão que as considere de natureza social e histórica levou a uma práxis psicológica que reiterou a prática social capitalista excludente, quando anunciava como violentos somente os comportamentos contrários à ordem posta. Em posse de uma definição estática de violência, e valorada sempre como algo negativo “venha de onde venha”, a Psicologia buscou avaliar ou descrever aqueles que se se “encaixavam” como ruins e objetivava mudá-los - os sujeitos, não a situação social que os provocava violentos. Por isso, afirmava não ser estranho que a maioria dos trabalhos sobre violência em Psicologia Social tivessem como objetivo reduzir ou controlar o comportamento antissocial (MARTÍN BARÓ, 1985). Fazer da violência tábula rasa, afirma o autor, só traz benefícios àqueles que, por meio da sua naturalização, mantém seu lugar de poder e privilégios.

Não é por acaso que a violência ocupa um lugar muito importante na obra de Martín-Baró (1989, 1985, 2017). Segundo nos explica Lacerda Jr. (2017) para alguns estudiosos da obra do autor como Blanco e de la Corte (2003) a teorização sobre violência é a maior contribuição do autor para a ciência. Para Lacerda Jr. (2017) a dedicação ao estudo da violência se justifica em razão do contexto vivido por Martín-Baró aliado

a coerência teórica de que a Psicologia deve se preocupar com os problemas mais urgentes do seu povo e a década de 1980 foi um período de muitas violações para o povo salvadorenho e, devemos acrescentar, para todos os países latino-americanos que sofreram com golpes militares.

Violência como um fenômeno psicossocial

Conforme exposto no tópico anterior, a definição de violência é essencial para discussão acerca do tema, então comecemos por ela. Para Martín-Baró (1985; 1990) um dos grandes problemas da Psicologia que versa sobre violência é a sua definição, pois é a partir disto que se orienta a práxis do psicólogo. Martín-Baró (1985) critica as definições, do senso comum e das ciências, que tomam a violência a partir de uma noção estática, como um esquema de comportamento que é definido a partir de uma valoração unanimemente negativa e também da necessária intencionalidade do autor. A seu ver, tais características conduzem a uma leitura a-histórica da violência que não reflete a sua condição social e acaba por tomá-la a partir de uma avaliação moralizante.

Em uma perspectiva psicossocial Martín-Baró (1985) afirma violência como conceito mais amplo que expressa fenômenos ou atos aos quais se aplica excesso de força, sem se restringir à força física, e que não depende da intencionalidade do autor. A valoração da violência, por sua vez, é sempre dependente da sua significação social e esse aspecto é fundamental para a compreensão da violência como um processo que é dinâmico e multifacetado. Ainda no campo da caracterização do objeto, Martín-Baró (1985) apresenta três pressupostos que compõem a violência: a multiplicidade de manifestações, sua historicidade e a espiral de violência.

A multiplicidade no exercício da violência se caracteriza por formas muito distintas de atuação e significação da violência, que vão desde a violência estrutural até a violência nas relações interpessoais, educativas e institucionais. A apresentação da violência estrutural nos parece fundamental, pois diz respeito ao processo de identificação da violência estrutural como a matriz da violência social. A partir do que escreve Martín-Baró (1985;1990) a violência social é resultado de uma organização social para produção estruturalmente violenta e excludente, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção que coloca os indivíduos sob condições de vida radicalmente distintas e com interesses irreconciliáveis. Essa é a forma de violência primeira, da qual derivam todas as outras, pois carrega em sua gênese a exploração do trabalhador e a conseqüente desigualdade social. Toda sociedade de classes vai dispor de estratégias para manutenção dos privilégios da classe dominante, portanto, podemos afirmar que a violência estrutural será presente enquanto houver luta de classes. Dessa maneira, a origem da violência social não é o próprio homem, mas a prática social.

A violência estrutural, portanto, diz respeito às privações e violações em que vive a classe trabalhadora em uma sociedade de classes. Aqui se evidencia o caráter social da violência como um processo que se desenvolve a partir das condições que a requerem, tanto no exercício da expropriação e exploração do homem pelo homem (violência estrutural), quanto para manutenção dessa relação (violência institucional ou estatal). Esta, por sua vez, é a forma de manutenção da organização social por meio da força policial ou

do exército, a repressão dos movimentos sociais e o genocídio por parte do Estado, é uma violência institucionalizada. É a forma mais direta da violência estrutural, pois além de refletir a hierarquização da sociedade, é parte fundamental para sua reprodução. Martín-Baró dá especial atenção a essa forma de violência em El Salvador no momento da guerra civil, pois a força policial é acusada de cometer inúmeros assassinatos em nome da ordem social. Importante salientar que é justamente a violência do Estado que vítima Martín-Baró em 1989.

Quando trata da violência estrutural Martín-Baró (1985) toca em um debate muito importante: situar a violência como parte da organização social não quer dizer que todo ato violento seja explicado somente a partir deste aspecto, senão que na sua ausência não será entendido adequadamente. É o exercício constante e fundamental de compreender os fatos e fenômenos da realidade social como parte de uma totalidade a qual faz referência. Os comportamentos violentos não são iguais, a justificativa e o significado social são diferentes, de acordo com a situação específica em que se dão; no entanto, em que pese as características particulares – da situação ou do sujeito – ela precisa ser analisada a partir da totalidade social. A totalidade social é a fonte de onde derivam os comportamentos humanos, desprezá-la na análise significa perder de vista o fio condutor da explicação sobre a violência. Segundo Martín-Baró (1985, p.360), “A perspectiva histórica é necessária para encontrar o sentido psicossocial das diversas formas de violência”. Historicizar, na concepção da Psicologia da Libertação, “[...] nada mais é do que contextualizar o comportamento, referenciar a estrutura psicológica que o sustenta a parâmetros que estão localizados fora da pele do indivíduo” (BLANCO, 1998, p.23, tradução nossa).

O segundo pressuposto é o caráter histórico da violência. A compreensão da violência circunscrita a um processo histórico, o que significa afirmar que toda forma de violência é produzida nos marcos de determinados valores e interesses sociais. O último pressuposto anunciado pelo autor para o entendimento da violência é o que o ele chama de espiral de violência que significa “[...] os atos de violência social têm um peso autônomo que os dinamiza e os multiplica. A agressão desencadeia um processo que, uma vez posto em andamento, tende a incrementar-se, sem que para detê-lo seja suficiente conhecer suas raízes sociais” (MARTÍN-BARÓ, 1985, p.371, tradução nossa). Para o autor, a correta compreensão da violência exige a análise das motivações pessoais, singulares, no marco histórico e social do qual o indivíduo faz parte. No caso de El Salvador e o período da guerra civil, o autor afirma, ao resgatar a história do país, a violação de direitos humanos fundamentais como a chave para o estopim dos conflitos. Martín-Baró (1985) afirma ser a guerra a realidade mais totalizante na vida do país naquele momento, pois ao longo de 12 anos de guerra civil foram mais de 70 mil mortes num país cuja população, naquele momento, era de 5 milhões de habitantes.

O Brasil, diferentemente de El Salvador, não foi marcado por uma guerra civil, no entanto, a história nos mostra que se trata de um país construído pela violência do colonialismo português e da escravidão de indígenas/nativos e negros africanos. A história de exploração, sobretudo espanhola, nos países da América Latina, embora tenham suas especificidades, têm um pano de fundo muito semelhante: o fato de terem sido colônias de exploração durante séculos a fio e sua permanência como subsidiária do desenvolvimento capitalista dos países centrais. Martín-Baró (1985) faz referências à especificidade da violência na América

Latina a partir de sua função de dependência e exploração no mercado mundial e das violações que derivam desta relação:

A exploração dos trabalhadores, sobretudo o campesino e indígena, a contínua repressão a seus esforços organizativos, o bloqueio a satisfação de suas necessidades básicas e às exigências para o desenvolvimento humano, e tudo isso como parte de um funcionamento “normal” das estruturas sociais, constitui uma situação em que a violência contra as pessoas está incorporada à natureza da ordem social, bem chamado de “desordem organizada” ou “desordem estabelecida”. (MARTÍN-BARÓ, 1985, p. 376, tradução nossa).

A afirmação da violência como um processo histórico diz respeito à sua compreensão como algo que é dinâmico, que se desenvolve e se modifica ao longo tempo, assumindo características diversas e contraditórias. Significa afirmar que todo fenômeno humano, e a violência é um deles, é forjado na relação com os determinantes sociais de cada momento histórico e, por isso, não é universal. Quando um fenômeno ou fato é definido como histórico, a proposição derivada de tal definição é a superação da ideia de que existem processos sociais e psicológicos que sejam naturais, que tenham características imutáveis, fixas. Ou seja, o reconhecimento de seu caráter histórico revela a necessidade de reconhecer sua forma atual como resultado de processo que lhe imprime gênese, desenvolvimento e fim ou transformação. Segundo Martín-Baró (1985), uma das maiores falácias na compreensão é “[...] condenar a violência ‘venha de onde venha’ fazendo tábula rasa de sua gênese, significação e consequências” (p.371).

Martín-Baró (1985) traz a história, a política e a economia para a compreensão da violência, mas não cai em um sociologismo em que perde de vista o caráter singular/psicológico do problema. Junto dos pressupostos metodológicos em que afirma o imperativo das relações sociais de produção na leitura da violência social, explica acerca do comportamento violento e o diferencia a partir de quatro fatores constituintes: estrutura formal do ato, equação pessoal, contexto possibilitador e o fundo ideológico (p.372).

Segundo o autor todo ato violento é composto por quatro fatores. O primeiro deles, a estrutura formal, consiste em definir o que é a ação violenta, caracterizada como o uso da força contra outra pessoa ou grupo, instituição ou processo, como já fora dito anteriormente. A análise da estrutura do ato permite afirmar se o que acontece é violência ou agressão. No entanto, essa é somente a primeira resposta à pergunta sobre no que consiste a violência ou agressão, pois para compreender o ato determinado é necessário diferenciar entre uma ação terminal ou instrumental. O primeiro tem em sua realização um objetivo em si mesmo, é a finalidade e não meio para algo, por exemplo, quando uma pessoa assassina ou bate em outra por simples exercício da força ou vingança. Diferentemente, o ato instrumental é caracterizado como uma ação que visa alcançar um determinado objetivo, como uma mediação.

Segundo Martín-Baró (1985), embora haja uma aparente proximidade entre as duas formas, diferenciá-las é muito importante para que se possa compreender o ato em sua significação. Essa análise da forma permite que a intenção não seja descolada do ato, transformando o comportamento violento em algo asséptico, instintivo. Assinala que um dos grandes problemas no campo dos estudos sobre o tema é considerar quase sempre a violência como uma ação terminal quando na verdade, segundo relato de estudos experimentais citados pelo autor, a forma de violência mais comum é a instrumental.

Martín-Baró (1985) acrescenta que a violência tem uma própria racionalidade, uma vez que seu exercício se orienta a fim de alcançar algum resultado, ou seja, faz-se uso da violência porque é eficaz. A opção pela violência e pela agressão é justificada por sua eficácia instrumental: é provável conseguir aquilo que se deseja quando há ameaça à vida, submissão e opressão, censura e medo. No entanto, ainda que se tenha a compreensão de que os atos violentos ou agressivos tenham racionalidade isso não quer dizer que sejam razoáveis ou aceitáveis. A racionalidade da violência concreta deve, segundo o autor, ser relacionada com o momento histórico e as condições sociais que a produzem, pois é essa realidade objetiva que a confere sentido. Em suma: bárbaras são as razões e possibilidades historicamente construídas para o uso da violência.

Segundo os estudos de Sabini (1978, apud Martín-Baró, 1985, p. 414) geralmente a violência “[...] é um ato instrumental, destinando a algum fim; ou uma resposta a uma humilhação ocasionada por insulto; ou uma resposta a violência de certos critérios comunitários - todo o qual não é nada profundo, nem intrapsíquico e nem difícil de entender”. Nas palavras de Martins e Lacerda Jr. (2018)

[...] para Martín-Baró, a ideologia não é algo meramente externo à violência, mas é parte constitutiva. Por exemplo, o individualismo coloca as pessoas umas contra as outras; a propriedade privada faz com que as pessoas sejam avaliadas pelas suas posses, o que reforça as ações violentas para a consecução e manutenção dessas posses (p. 234)

A partir dessas discussões parece importante reafirmar o dito pelo autor. Muitas vezes o comportamento violento é discutido em si, como um impulso, algo sobre o que o sujeito que violenta não tem controle ou desconhece. Este aspecto constitutivo é ferramenta de análise importante porque permite ao psicólogo investigar também os elementos que podem conduzir às relações violentas. Ainda que a ação (jogar a carteira da sala de aula, chutar algo ou alguém, esfaquear alguém – que às vezes era alvo do amor do violentador- etc.) seja executada em um momento de impulsividade é expressão de uma determinada relação com a realidade. Assim, ao que sempre é julgado como algo repentino, instintivo ou imediato é possível buscar explicações que extrapolem a descrição do ato em si.

O segundo aspecto assinalado por Martín-Baró (1985) como constitutivo do ato violento é a equação pessoal que representa os elementos singulares de cada sujeito que só podem ser explicados por sua história. No âmbito singular, considerando o que o autor chamou de equação pessoal, existem condições que favorecem a violência, os elementos que desencadeiam a ação agressiva ou violenta podem ser: 1) pelo ressentimento ou raiva causados pela frustração por não atingir objetivos ou desejos; 2) certos estímulos ambientais; 3) situações de poder que autorizam a violência de um grupo a outro como estupros, por exemplo; 4) pressão grupal como um dos mais importantes; 5) forma consciente e racional para alcançar algum fim.

O terceiro elemento, aponta Martín-Baró (1985), é o contexto facilitador, pois para que uma ação violenta ocorra é preciso que tenha um ambiente propício para isso, que pode ser de duas formas: um contexto social amplo ou uma situação imediata.

Antes de tudo deve se dar em um contexto social que estimule ou ao menos permita a violência. Com isso nos referimos a um marco de valores e normas, formais e informais,

que aceite a violência como uma forma de comportamento possível e inclusive a requeira. (MARTÍN-BARÓ, 1985, p.374, tradução nossa)

A história do Brasil e os dados recentes da violência no país não deixam dúvidas de que um contexto socialmente violento contribui de forma radical para o desenvolvimento de ações violentas nas relações interpessoais, pois, como afirma o autor, um contexto violento estimula a violência. Uma situação constante de violência, física, psicológica, ou outra, pode levar o indivíduo a responder da mesma forma, como uma forma de revidar ou como repertório de aprendizagem, até mesmo como modo de se indignar contra ela, revelando certo nível de consciência ou noção de realidade. A violência aumenta à medida em que é institucionalizada, naturalizada, convertida em normas e rotinas, e mesmo esperada, almejada ou buscada. Martín-Baró (1985) afirma que não é possível *a priori* conceber um limite para a violência, reconhecer seu alcance, isso só é possível com a história, que vai poder colocar dado momento em relação com o desenvolvimento histórico geral e anunciar quão violenta foi uma ou outra sociedade.

Por fim, o quarto e último aspecto é o ideológico, pela justificativa e legitimidade social que a violência tem na sociedade de classes. As justificativas para a violência e até mesmo sua incitação encontram razão nos interesses das classes dominantes e são reproduzidas cotidianamente, mesmo que não haja intencionalidade. Martín-Baró faz uma ressalva importante quanto ao aspecto ideológico e que merece nossa atenção. A seu ver a ideologia é um componente fundamental das relações violentas, contudo, não é fundante, não cria as condições para a violência. Para Martins e Lacerda Jr. (2018) a maior contribuição de Martín-Baró para os estudos sobre violência é a sua articulação com a ideologia, pois é a partir das ideias dominantes de um dado momento histórico que se constitui toda justificativa para a violação do outro.

Se afirmamos que a violência não é universal, mas é histórica e social, faz-se necessário compreender o que Martín-Baró (1985) conceitua como significado social das ações violentas. Com isso o autor quer dizer que a compreensão e explicação do ato violento passa, necessariamente, pelo estudo da sua manifestação enquanto uma condição possível em uma dada sociedade. Todo ato violento ou agressão está sempre acompanhado/a de uma justificativa. Essa valoração, que dá ao comportamento violento ou agressivo um caráter positivo ou negativo, justificável ou injustificável, é histórico e aquilo que é considerado violento em uma época pode não ser o mesmo em outro momento. Ou ainda, o que é considerado violento contra um grupo não o é contra outro, a depender da classe, etnia ou gênero a que pertença. O autor cita Hacker (1973) e Lerner e Simmons (1966), afirmando que

A violência aberta como uma possibilidade ao ser humano assumida e desenvolvida através do processo de socialização encontra sua formalização última em sua justificação. [...] todo ato de violência requer uma justificação social e, quando carece dela [...] a gera por si mesma. (MARTÍN-BARÓ, 1985, p.414, tradução e grifo nosso)

A justificativa para o comportamento violento é composta por quatro fatores (Haber e Seidenberg, 1978 citado por Martín-Baró, 1985): a) o agente da ação deve ter legitimidade social para o exercício de sua força; b) o status social da vítima, que quanto mais baixo, mais fácil será violentá-la; c) a situação de violência, se em defesa de algo ou como ataque; d) a justificativa terá que ser tão grande ou complexa quanto o dano provocado. Esses fatores podem contribuir para analisarmos, por exemplo, a violência na escola ou a morte

de George Floyd em 25/05/2020, que deu nova dimensão ao movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam).

Martin-Baró (1985) explica que a justificativa para a ação violência constitui aspecto fundamental para a compreensão da conduta violenta e que esse processo de criação de justificativas, ou até mesmo de avanço da violência não encontra explicação em uma racionalidade abstrata, pois as razões que a compõem serão sempre aquelas que promovem e asseguram os interesses da classe dominante.

Segundo Martín-Baró (1990, p.130, tradução nossa)

Se toda forma de violência exige uma justificação, é porque não a tem em si. O que leva à consequência de que a violência não pode ser considerada em abstrato como boa ou má, o que contradiz uma das suposições implícitas da maioria das abordagens psicológicas; a bondade ou maldade da formalidade violenta advém do ato que a substantiva, isto é, daquilo que um ato tão violento socialmente significa e historicamente produz. E é aqui que o caráter ideológico da violência aparece claramente.

O fato de haver legitimidade social para atos violentos traz a pergunta sobre as raízes dessa justificativa, não somente a descrição de quais sejam os grupos. Disso implica afirmar que a ação violenta não pode ser entendida como uma expressão simples de estímulo e resposta, ou como resultado simples de um conflito mal resolvido. Para Martín-Baró (1985), a ação violenta é ideológica e compreendê-la implica ir além das aparências de uma conduta puramente individual e reconhecê-la em suas raízes históricas “[...] tanto pelo que têm de expressão de estruturas sociais quanto pelos interesses de classe que a pessoa ou grupo envolvidos põem em jogo” (p. 370, tradução nossa)

Em relação aos efeitos psicossociais da violência, eles seriam sempre resultado de falta de humanidade ou desumanização? Martín-Baró (1985), citando Paulo Freire, acrescenta que há um risco imenso em confundir a violência do opressor, que tem como objetivo manter uma situação de exploração, com a violência do oprimido, que usa da violência ou agressão como um instrumento para romper tais relações. O autor deixa claro que não pretende com isso estabelecer violências aceitáveis ou benéficas, mas sim apresentar que o resultado de uma ou outra forma vai significar coisas completamente diferentes: de um lado a opressão e desumanização e do outro a luta pela emancipação e humanização.

Ao assumirmos a violência como um processo psicossocial, como proposto por Martín-Baró (1985;1990;1998), afirmamos que este é um fenômeno que é social e psicológico, coletivo e individual. Isto precisamente deve ser de interesse da Psicologia: a relação entre sujeito e sociedade como a unidade que promove desenvolvimento psíquico. A perspectiva psicossocial adotada pelo autor tem como objetivo analisar a violência em sua gênese e desenvolvimento a partir da relação dialética sujeito e sociedade, no processo de constituição do humano no homem, como um movimento que encarna as forças sociais nos indivíduos e grupos. Reside aí um desafio imenso à Psicologia: não perder seu objeto em meio a um reducionismo sociológico ou psicológico dos comportamentos humanos. A defesa da indissociabilidade entre a formação do psiquismo e as condições concretas de vida representa um marco fundamental na compreensão da violência social.

O papel da Psicologia no enfrentamento à violência

Qual o papel da Psicologia no reconhecimento e no enfrentamento da violência? De acordo com Martín-Baró (1985) as contribuições da Psicologia podem ser iluminadoras, se se introduzirem no marco mais amplo de outras disciplinas, mas podem também, ao contrário, serem enganadoras se pretender construir um conhecimento absoluto. As explicações para a violência latino-americana não estão na Psicologia e Martín-Baró (1985) já alertava acerca dos riscos de psicologizar a realidade social sob a pena de reduzir à esfera psicológica toda complexidade da estrutura e organização sociais. Alertava também para o perigo da sociologização da Psicologia Social, processo que explicava o homem como mera expressão de condições estruturais.

A superação deste embate, afirma o autor, só foi possível com a apropriação da lógica dialética para a leitura e explicação dos fenômenos psicossociais. Por esta orientação teórico-metodológica, defendemos que a Psicologia tem importantes contribuições para a compreensão do processo de formação humana e sua relação dialética com as condições sociais de um tempo. Como expõe Martín-Baró (1985, p.24), a violência, e ele cita a tortura como um exemplo, é um processo interpessoal no interior de uma determinada estrutura sociopolítica e, por esta razão, precisa ser compreendida pela Psicologia como um fenômeno psicossocial.

Para Martín-Baró (1996) o trabalho do psicólogo deve ser comprometido com a transformação da sociedade que produz tanta violência e injustiça. Seria preciso, afirma o autor, que as teorias e práticas pudessem ser construídas na e para a realidade social em que o psicólogo atua, superando importações teóricas que reproduzem uma lógica social excludente. Isto porque, segundo o autor, a maioria dos psicólogos do continente [diferentemente dos psicólogos histórico-culturais contemporâneos] estava vinculada às práticas elitistas, presa aos problemas individuais como se estes não tivessem relação com o contexto de violência social vivido pela população. Estes profissionais pareciam converter a sociedade em uma espécie de natureza, um lugar não questionado, pronto e acabado. Quando o (a) psicólogo (a) atua dessa maneira, afirma Martín-Baró (1996), contribui para a reprodução da sociedade capitalista e de todas as suas mazelas.

Frente à vigorosa crítica feita à Psicologia tradicional, Martín-Baró (1996) propõe um horizonte para o trabalho do (a) psicólogo (a) ou, nas palavras do autor, “um *que fazer* científico e prático” (p.22).

Pois se o psicólogo, por um lado, não é chamado a intervir nos mecanismos socioeconômicos que articulam as estruturas de injustiça, por outro é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; se não lhe cabe conciliar as forças e interesses sociais em luta, compete a ele ajudar a encontrar caminhos para substituir hábitos violentos por hábitos mais racionais; e ainda que a definição de um projeto nacional autônomo não esteja em seu campo de competência, o psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.22)

É certo que a Psicologia não resolve a violência social, mas pode cumprir um papel importante para seu enfrentamento. Um dos principais aspectos tratados por Martín-Baró é a necessidade de posicionamento político da área, uma ética que se constitua fundada na defesa dos direitos humanos e posta radicalmente contra as violações à vida e à dignidade humana. Historicamente, a Psicologia foi marcada por um falso dilema entre a necessidade de objetividade científica atrelada a uma suposta imparcialidade ou

neutralidade frente aos temas que tratava. Para Martín-Baró (2011a) a parcialidade não tem nenhuma relação com falta de objetividade na produção de conhecimentos e práticas. O contrário de uma postura aberta de defesa das maiorias populares não é a neutralidade, mas sim a obediência a interesses que podem não ser conscientes, mas existem e orientam a práxis psicológica. Ou seja, a práxis do (a) psicólogo (a) sempre é política; o que diferencia a defesa aberta a certos posicionamentos é a escolha de quais direções e orientações se desejam seguir, se conservador desta ordem social ou revolucionário.

Diante do cenário de brutal violência da Guerra Civil em El Salvador, Martín-Baró (1985) pergunta como se pode ter chegado a tal estado de coisas. Como pessoas que até então não dispunham da violência em suas vidas passaram a se envolver naquela situação de barbárie? Tais perguntas, que parecem terem sido formuladas a partir das relações brasileiras atuais, são respondidas pelo autor a partir de uma lógica psicossocial “[...] analisando os fatos e comportamentos enquanto ideológicos, ou seja, enquanto expressão de forças sociais e materialização histórica de forças de classe (p. 364, tradução nossa).

Então, o que pode, objetivamente, fazer a Psicologia? A resposta a essa pergunta não é tão simples quanto pensar em novos locais e técnicas para a atuação, mas sua resposta se inicia pela natureza da Psicologia Social: examinar a relação entre a formação singular de cada sujeito e a sociedade da qual faz parte, saber explicar como o social se torna individual e como o individual se faz social. Isto posto, o autor afirma que é papel da Psicologia desmascarar o senso comum e as ideologias que justificam e legitimam a violência e opressão populares (MARTÍN-BARÓ, 2017).

São muitos os obstáculos à construção de uma sociedade justa, obstáculos concretos - econômicos, políticos, militares - e sobre os quais a Psicologia tem pouca ou nenhuma relevância. Contudo, somados a estes, Martín-Baró (2017) expõe os obstáculos subjetivos que se caracterizam pelo mundo simbólico da cultura que, mesmo de menor importância para a reprodução capitalista, não pode ser desprezado. Esta é a esfera de atuação e contribuição da Psicologia: o mundo simbólico que, em uma sociedade de classes, se constitui de maneira alienada porque forjada por ideologias que falseiam a realidade e as relações. Ao concordarmos com o autor que toda ação violenta encontra na sociedade de cada tempo suas justificativas e possibilidades, enfrentar a violência é enfrentar, além das condições concretas de violência social de maneira coletiva e organizada, também as ideias e concepções que legitimam a barbárie. Nessa equação que reúne condições concretas e simbólicas não há contradição quando se trata de uma práxis calcada na lógica dialética.

Nesse sentido, dentro do seu escopo, atuando como psicólogos (as), Martín-Baró (1996) acena para a necessidade de reposicionamento do objeto de estudos da Psicologia. Para ele o exame crítico da atuação do psicólogo exige que a sua fundação como ciência seja revisada, como já explicitado anteriormente, e, como principal resultado dessa análise, o autor chama a atenção para o objeto da Psicologia, a necessidade de tomar para si o estudo da consciência e explica:

A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. A consciência é o saber, ou o não saber sobre si mesmo, sobre o próprio mundo e sobre os demais [...] (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.14)

Postulada a consciência como objeto da práxis psicológica, o autor assume como horizonte do *quefazer* o processo de conscientização dos indivíduos com objetivo de desalienação da consciência, o que permite maior conhecimento sobre si e sobre as relações. Para definir o que propõe com o termo conscientização, o autor resgata Paulo Freire que caracterizava a conscientização como um processo de transformação pelo qual passam os povos oprimidos quando aprendem a ler e a escrever e, portanto, a conhecer o mundo de maneira mais complexa. Para o autor, conscientização não é a simples mudança de opinião sobre o mundo e sobre si “[...] a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.15).

Trazer a consciência como objeto fundamental da Psicologia e a conscientização como a prática profissional pode gerar algumas confusões quanto ao papel do (a) psicólogo (a) e sua relevância na transformação da sociedade capitalista. Nesse sentido, Martín-Baró (1996, p.17) explica que

Ao assumir a conscientização como horizonte do *quefazer* psicológico, reconhece-se a necessária centralização da psicologia no âmbito do pessoal, mas não como terreno oposto ou alheio ao social, mas como seu correlato dialético e, portanto, incompreensível sem a sua referência constitutiva. Não há pessoa sem família, aprendizagem sem cultura, loucura sem ordem social; portanto, não pode tampouco haver um eu sem um nós, um saber sem um sistema simbólico, uma desordem que não se remeta a normas morais e a uma normalidade social.

As tarefas apontadas por Martín-Baró (2011a, 201b) como essenciais ao psicólogo latino-americano tem sua possibilidade de realização por meio da conscientização, pois o processo de tomada de consciência das relações que constituem a vida para além das aparências orienta a recuperação da memória histórica e a reconstrução de uma identidade latina que se caracteriza pelo reconhecimento das violações seculares vividas pelo povo, bem como a projeção de novo futuro. A conscientização, expõe Martín-Baró (1996), responde a uma situação de injustiça, devolve ao povo sua verdadeira história, promovendo uma consciência crítica sobre seu presente e esperança para um novo futuro. É importante afirmar que o autor não considera que este seja o principal aspecto para a transformação social na América Latina, mas o trabalho possível aos psicólogos e psicólogas comprometidos com a superação da exclusão social capitalista.

Nas palavras do autor:

Uma simples consciência sobre a realidade não supõe, por si só, a mudança dessa realidade, mas dificilmente se avançará com as mudanças necessárias enquanto um véu de justificativas, racionalizações e mitos encobrir os determinismos últimos da situação dos povos centro-americanos. A conscientização não só possibilita, mas facilita o desencadeamento de mudanças, o rompimento com os esquemas fatalistas que sustentam ideologicamente a alienação das maiorias populares (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.18).

Em uma concepção marxista a ideologia pode ser entendida como um conjunto de ideias que cumpre a função social de justificar e legitimar simbolicamente a realidade material. As ideias hegemônicas de um tempo são as ideias da classe dominante, ideias, concepções, valores, teorias, etc. que explicam a realidade de maneira a escamotear seus verdadeiros determinantes, o que contribui para sua naturalização e perpetuação. São estas ideias que compõem a consciência individual, porque estão, hegemonicamente, disponíveis à apropriação de cada indivíduo nessa sociedade. Lembremos que a singularidade é composta na prática social, e a consciência individual é reflexo desta. Não se trata, a consciência individual, de

elaborações abstratas realizadas à parte; antes de elaborações feitas conjuntamente pelos sujeitos, que estão cada vez mais abstraídos do real que protagonizam e subtraídos em suas capacidades de compreendê-lo. A esse respeito, consideramos que a compreensão do real se dá pela mediação do pensamento teórico, que permite que os objetos ou fenômenos possam ser apreendidos em suas múltiplas determinações, em suas causalidades e processualidades. Essa compreensão é fundamental quando se tem como objetivo o enfrentamento à alienação instituída. Embora o caminho de desalienação não se garanta pelo mundo das ideias, a consciência em relação às condições de vida e a identificação das possibilidades de sua superação deve ser buscada como ponto inicial.

Considerações finais

Os estudos sobre os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e das suas contribuições para a sociedade do século XXI, mais especificamente para o enfrentamento da violência no Brasil da década de 2020, apontam para a sua compreensão como fenômeno histórico, intrinsecamente vinculado ao capitalismo em sua configuração atual, que encontra nas políticas do governo federal a forma de expressão da reprodução e expansão.

Partiu-se da concepção dialética de constituição do psiquismo humano, ou ainda, da premissa da formação social do psiquismo, o que põe em questão, ou melhor, refuta a existência do psiquismo ou da personalidade geneticamente violentos. Com os subsídios de diferentes publicações de pesquisas e de teorizações dos autores histórico-culturais clássicos trouxe à luz a urgência de superarmos a visão dicotômica que ainda marca a Psicologia, num viés tradicional, que coloca sujeito e sociedade em polos opostos, em uma contradição excludente.

Também, num exercício de superação da apropriação das ideias que servem ao fortalecimento de uma concepção de mundo e de desenvolvimento humano sob a perspectiva da classe dominante, voltamos à identificação de um autor reconhecido como latino-americano e de sua obra: Martín-Baró.

Com os fundamentos histórico-culturais, e conforme o objetivo do presente texto, recuperou-se este autor e a sua teorização. Salientamos que ele não inaugura essa forma histórico-dialética de conceber o desenvolvimento psíquico, mas a exercita de maneira muito enriquecedora quando a apresenta na especificidade da vida latino-americana e, a partir desta relação desenvolve nova orientação e compromisso para a práxis da Psicologia da Libertação.

Trata-se de uma teoria forjada em meio às especificidades da biografia do autor e em meio, sobretudo, das aflições vivenciadas em El Salvador. Se a Psicologia da Libertação não pode ser aplicada de modo direto e na sua integralidade no Brasil da presente década, assim como ocorre com os próprios escritos de Vigotski, Luria, Leontiev, dentre outros autores histórico-culturais, eles servem de mediadores ao pensamento teórico que se faz necessário para se apreender as contradições de toda ordem que estão em processo e que se manifestam como violência.

Quando se assume a premissa da formação social dos sujeitos, de suas funções psicológicas superiores, de seus psiquismos, de suas personalidades, abre-se então a possibilidade de se intervir junto às

situações pontuais de violência. Nessa direção, vislumbra-se que a Psicologia contribua com o processo de tomada de consciência acerca das condições sociais de exploração das quais resultam, de maneira direta ou indireta, as formas de sofrimento e miséria da população. Para tanto, precisa identificar e fazer o enfrentamento às múltiplas determinações que geram e mantêm a violência estrutural. Trata-se de um árduo e contínuo trabalho teórico e prático, e, por isso e pelo que dele resulta, a Psicologia carrega consigo o caráter ético e político de uma ciência e de uma profissão comprometida com a formação humana integral. Obviamente que esse trabalho se efetiva com a crítica à sociedade burguesa e com o desenho e o exercício de outras relações sociais, contraditoriamente realizados na cotidianidade da reprodução da existência como hoje a temos.

Referências:

- BLANCO, A. Prefácio In: Martín-Baró, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998
- DOBLES, I. Psicologia da libertação: Condições de possibilidade. Em R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 165-180). Campinas: Alínea, 2011
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-12/> .Acesso em: 18 nov. 2021
- IPEA. **Atlas da violência 2018**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. Brasília: Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> Acesso em: 25 jul. 2021
- IPEA. **Atlas da violência 2019**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. Brasília: Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> . Acesso em: 25 jul. 2021
- IPEA. **Atlas da violência 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. Brasília: Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> Acesso em: 18 nov. 2021
- MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. de S. L.; LACERDA JUNIOR, F, (orgs.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2011a.
- MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e Perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: GUZZO, R. de S. L.; LACERDA JUNIOR, F, (orgs.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2011b.
- MARTÍN-BARÓ, I. A violência na América Central: uma visão psicossocial (F. Lacerda Jr. Trad.). In LACERDA JR., F. (Org.). **Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais** (pp. 286-311). Petrópolis: Vozes, 2001a.
- MARTÍN-BARÓ, I. . A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. (F. Lacerda Jr. Trad.). In LACERDA JR., F. (Org.) **Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais** (pp. 286-311). Petrópolis: Vozes, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 2(1), 7-27. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- MARTÍN-BARÓ, I. **Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica**. 2 ed. San Salvador: UCA Editores. 1985/2012.

MARTÍN-BARÓ, I. La violencia en centroamerica: una vision psicosocial. **Revista de Psicologia de El Salvador**, Vol. IX, NO 36, 123-146 UCA, San Salvador, El Salvador, C.A, 1990. Disponível em: https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-violencia-en-Centroam%0c3%a9rica-una-visi%0c3%b3n-psicosocial-RP1990-9-35-123_146.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

MARTINS, K. O., LACERDA JUNIOR, F. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista Psicologia Política**, 14(31), 579-589. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010. Acesso em: 18 nov. 2021.

MARTINS, K. O., LACERDA JUNIOR, F. Ideologização da violência no capitalismo: contribuições da psicologia da libertação de Martín-Baró. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2018, vol.11, n.2, pp. 221-235. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202018000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 nov. 2021.

MATIJASCIC, V. B. **El Salvador: da guerra civil às reformas institucionais dos anos 1990**. 291f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais** - Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960. Disponível em Declaração sobre a Concessão da Independência aos Povos Coloniais ONU Direitos Humanos DHnet. Acesso em 18 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. Brasília, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 18 nov. 2021.

OROPEZA, I. D., ROSA, M. P. Psicologia Social a partir da América Central: Desafios e Perspectivas. Entrevista com Ignacio Martín-Baró. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Vol. 02. 2021. doi: 10.12957/epp.2021.61072 ISSN 1808-4281 (online version). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/61072/38524>. Acesso em: 18 nov. 2021.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas: problemas del desarrollo de la psique**. Tomo III. Trad. Lydia Kuper. Madrid: Visor. 2000.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas: psicología infantil**. Tomo IV. Trad. Lydia Kuper. Madrid: Visor Dist. S. A. 1996.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas. 1996.

WAENY, M. F. C., MACÊDO, C. M. V. de. A importância do contexto histórico: El Salvador e Ignacio Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**. 31. 2019. pp. 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31187485>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TFL876Z5X3xJgHBSXpdT8Hy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016**. Homicídios por arma de fogo no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Notas

¹ Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7460777240187095>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5597-1494>. E-mail: marianalinsc@hotmail.com.

² Doutora em Educação Escolar (UNESP – Araraquara). Pós-Doutorado em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano (USP). Professora do Programa de pós-graduação em Psicologia (PPI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa

de pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Pesquisadora do grupo Psicologia histórico-cultural e educação - http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0910185283511592>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4136-8915>. E-mail: smsbarroco@uem.br.

³ Segundo dados da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) divulgados em reportagem de outubro de 2021 da CNN Brasil, no atual momento mais da metade dos brasileiros (116 milhões de pessoas) vivem algum grau de insegurança alimentar. Destas, 19 milhões estão passando fome. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/>

⁴ Os termos países desenvolvidos, em desenvolvimento, subdesenvolvidos, entre outros, têm gerado muitas controvérsias. Pode-se classificar os países de acordo com o nível/estágio e abrangência da industrialização, com o índice do produto interno bruto, índice de desenvolvimento humano (que inclui riqueza, educação e esperança média de vida). Mas, entendemos que é crucial que se leve em conta o índice GINI, que mede o grau de concentração de riqueza ou a desigualdade.

⁵ Teologia da Libertação, doutrina católica voltada aos movimentos populares e ao enfrentamento da desigualdade social, principalmente na América Latina. Essa nova proposta teológica tem forte impacto sobre Martín-Baró e, também, sobre a UCA, que passa a se aproximar dos movimentos populares do país. Informações disponíveis no site da Universidade Jesuíta José Simeón Cañas (UCA) link: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/biografia/>

⁶ Nesse período os EUA tiveram como presidentes os republicanos Ronald Reagan (1981-1989) e George H. W. Bush (1990-1994).

⁷ Comisión de la Verdad para El Salvador, 1993, pp.44-50, citado no site da Universidad Jesuita José Simeón Cañas (UCA) <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/biografia/>

Recebido em: 29 nov. 2021

Aprovado em: 14 dez. 2021